



## PLANO DE SAÚDE: COBERTURA DE TRATAMENTOS, DANOS MORAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ASPECTOS DA CONDENAÇÃO EM QUANTIA CERTA E OBRIGAÇÃO DE FAZER

### Autor(es)

Felipe Rossi De Andrade  
Mikaele Imaculada De Sousa  
Bianca De Araujo Carvalho  
Anne Louise Barros Do Nascimento Araujo

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

O instituto dos honorários advocatícios sucumbenciais exerce papel relevante no direito processual civil, ao assegurar a remuneração do advogado da parte vencedora e impor responsabilidade à parte vencida. Regulamentados pelo Código de Processo Civil de 2015, os honorários devem observar critérios como a complexidade do trabalho, tempo despendido e a importância da demanda. Nas ações contra planos de saúde, a definição da base de cálculo dos honorários ganhou destaque, diante da dificuldade em mensurar economicamente obrigações de fazer. Recentes decisões do STJ consolidaram o entendimento de que tanto a indenização quanto a obrigação de fazer devem ser consideradas, proporcionando mais previsibilidade ao sistema.

### Objetivo

Analizar a incidência dos honorários advocatícios sucumbenciais em ações contra planos de saúde, especialmente a inclusão da obrigação de fazer na base de cálculo, à luz da recente uniformização de entendimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

### Material e Métodos

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e análise jurisprudencial. Inicialmente, revisou-se a legislação pertinente, principalmente o Código de Processo Civil de 2015, com enfoque nos artigos 85 e 291. Em seguida, foram examinadas decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça, destacando-se a divergência entre a Terceira e Quarta Turmas quanto à base de cálculo dos honorários em ações de obrigação de fazer contra planos de saúde. A metodologia incluiu a análise do EAREsp 198.124-RS, processo paradigmático em que a Segunda Seção do STJ uniformizou a jurisprudência, estabelecendo que, nesses casos, a obrigação de fazer também deve integrar a base de cálculo dos honorários sucumbenciais. Como complemento, foram estudados critérios práticos de quantificação do valor da obrigação de fazer, como a utilização de orçamentos médicos e tabelas de procedimentos de saúde. O método empregado consistiu na interpretação sistemática dos



dispositivos legais e na comparação das teses jurídicas conflitantes, com ênfase na busca pela segurança jurídica e proteção da atividade advocatícia.

## Resultados e Discussão

Os honorários advocatícios sucumbenciais são fundamentais no sistema processual civil brasileiro, tendo como objetivo remunerar o advogado da parte vencedora e impor ônus à parte que deu causa indevida à demanda. O Código de Processo Civil de 2015, especialmente em seus artigos 85 e seguintes, disciplina a fixação desses honorários, considerando trabalho realizado, tempo exigido, natureza e importância da causa, local da prestação do serviço e grau de zelo do profissional. A incidência de honorários em ações contra planos de saúde é complexa.

Em decisão de 25/05/2022, o STJ, com relatoria da ministra Nancy Andrighi, definiu que, em casos de tratamentos contínuos por prazo indefinido, o valor da cobertura negada é incalculável, devendo a base de cálculo ser o valor da causa, conforme o artigo 291 do CPC. No EAREsp 198.124-RS, envolvendo Gertrude e a operadora Visão Saúde, houve divergência no STJ: a Quarta Turma entendeu que a obrigação de fazer não integraria a base de cálculo, enquanto a Terceira Turma admitiu sua inclusão. A Segunda Seção, ao julgar os embargos de divergência, decidiu de forma unânime que os honorários devem incidir tanto sobre a indenização por danos morais quanto sobre a obrigação de fazer.

Fundamentam essa inclusão o princípio da sucumbência, a mensurabilidade econômica e a proteção da atividade advocatícia. Para quantificar economicamente a obrigação de fazer, utilizam-se orçamentos médicos e tabelas de procedimentos. A jurisprudência divergente foi superada pela decisão da Segunda Seção (DJe 11/05/22), fixando que, no acúmulo de obrigação de fazer e pedido de indenização, ambos devem ser considerados na fixação dos honorários, conforme art. 85 do CPC. A análise do caso e da evolução jurisprudencial demonstra que a ampliação da base de cálculo para incluir a obrigação de fazer é adequada e necessária, reforçando a segurança jurídica e a previsibilidade para advogados e jurisdicionados.

## Conclusão

A uniformização do entendimento pelo STJ sobre a inclusão da obrigação de fazer na base de cálculo dos honorários sucumbenciais em ações contra planos de saúde representa importante avanço para a segurança jurídica. Além de garantir remuneração justa ao advogado, a decisão promove maior previsibilidade e protege o acesso à justiça. A análise do caso EAREsp 198.124-RS demonstra a necessidade de considerar o benefício econômico proporcionado ao jurisdicionado como critério de valoração dos honorários.

## Referências

- BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 01 maio 2025.
- BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.
- ESTRATÉGIA CONCURSOS. Informativo STJ 739 comentado. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/informativo-stj-739-comentado/>. Acesso em: 01 maio 2025.
- TRILHANTE. Informativo 739 STJ – EAREsp 198124/R.S. Disponível em: <https://informativos.trilhante.com.br/informativos/informativo-739-stj-stj-earesp-198124-rs?filter=>. Acesso em: 01 maio 2025.
- JUSBRASIL. Base de Cálculo dos Honorários da Obrigação de Fazer. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=Base+de+C%C3%A1lculo+dos+Honor%C3%A1rios+da+Obr>



ga%C3%A7%C3%A3o+de+Fazer&msockid=2f9d0aab58eb6e3e3def1e5a59106fc8. Acesso em: 01maio 2025.